

Comentário III sobre o artigo “Há pedras no meio do caminho: reflexões sobre a produção científica em periódicos da área de Serviço Social” (GARCIA, 2009)

Serviço Social e acesso livre aos periódicos: um desafio ético

*Cristiano GUEDES**

O artigo “Há pedras no meio do caminho: reflexões sobre a produção científica em periódicos da área de Serviço Social”, de Maria Lúcia Garcia, apresenta alguns dos desafios que compõem o processo de editoração e divulgação das produções teóricas no campo do Serviço Social. Embora o caso analisado no artigo seja o do Serviço Social brasileiro, os mesmos desafios também estão presentes em outros campos do saber e em comunidades de pesquisadores do Serviço Social de outros países, constituindo-se em alvo de reflexões (LEAL; COIMBRA JR., 2008; PARTON, 2008; TAYLOR, 2009). Neste texto, aponto algumas questões relacionadas ao processo de indexação no campo científico e, em especial, no Serviço Social, tendo como plano de fundo as informações constantes no texto de Garcia.

A primeira questão que se coloca é a do surgimento do processo de indexação no meio científico. Garcia aponta a “qualificação das produções” e o “aumento da

visibilidade” como fatores que justificariam a indexação. Outro fator central que contribuiu para o início do processo de indexação na história da ciência foi a necessidade dos pesquisadores de criar um meio de facilitar o acesso rápido a um número de publicações cada vez maior devido ao desenvolvimento científico (COIMBRA JR., 1999). As primeiras experiências de indexação de periódicos, que datam do final do século XIX e início do século XX, foram das Ciências Biológicas, e o processo alcançou tardiamente o campo das Ciências Humanas e Sociais. No Serviço Social estadunidense, por exemplo, a base Social Work Abstracts foi criada em 1977 (SHEK, 2008). A indexação não é, portanto, uma invenção de agências como Capes e CNPq para promover a pressão “produtivista” ou “quantitativista” para que os pesquisadores aumentem o número de publicações, como sugerem algumas análises.

No Brasil, a indexação de periódicos pode ser considerada um fenômeno recente, pois é nos anos 1990 que se observam os primeiros periódicos eletrônicos e o aparecimento do Scientific Electronic Library Online (SciELO), uma biblioteca virtual multidisciplinar criada com o objetivo de dar visibilidade às produções teóricas da América Latina. O surgimento do SciELO pode ser considerado um marco que contribuiu para reduzir, ainda que minimamente, a falta de visibilidade da produção científica brasi-

* Assistente Social. Doutor em Ciências da Saúde pela Universidade de Brasília (UnB). Professor do Departamento de Serviço Social da UnB. E-mail: cguedes@unb.br

leira, cujos periódicos ainda se encontram insuficientemente representados nas principais bases bibliográficas internacionais.

Como mostra o artigo de Garcia, o Brasil representava, até 2006, apenas 1,92% do total de publicações constantes no Institute for Scientific Information (ISI), uma das principais bases bibliográficas internacionais, responsável pela criação de instrumentos destinados a mensurar a quantidade de citações e estabelecer rankings dos periódicos de maior impacto na comunidade científica internacional (COIMBRA JR., 1999). Os instrumentos criados para medir o impacto por meio de citações não se adequam à realidade dos países latino-americanos, que estão insuficientemente representados nas bases devido à barreira do idioma e às especificidades dos campos disciplinares.

Entre essas especificidades, podem ser mencionados os tipos de publicações que predominam em algumas áreas do saber. Nas ciências humanas e sociais, onde se encontra o Serviço Social, é comum a divulgação de relatórios de pesquisas por meio de livros, capítulos de livros, monografias, dissertações e teses (COIMBRA JR., 1999; CARVALHO; SILVA, 2005). As bases bibliográficas internacionais e nacionais têm como desafio, portanto, criar mecanismos de mensuração das citações que não contemplem apenas as produções presentes em artigos científicos, pois estas não abrangem uma parte significativa da produção teórica de alguns campos e geram cenários distorcidos da produção acadêmica. Além disso, medidas como a da quantidade de citações se não atentarem para as especificidades dos diferen-

tes campos podem favorecer a criação de critérios desiguais para o acesso a financiamentos de projetos de pesquisas e bolsas de estudos.

A dificuldade que editores encontram para indexar os periódicos em bases bibliográficas é outra especificidade que atinge a visibilidade teórica de campos como o Serviço Social. Como informa Garcia, a situação das revistas brasileiras de Serviço Social é desafiadora do ponto de vista editorial, pois “86% não têm indexadores” e existe apenas um periódico na biblioteca virtual SciELO (GARCIA, 2009). Tal situação pode ser entendida, segundo a autora, ao se observar as seguintes características dos periódicos: ausência de regularidade e descumprimento da periodicidade; existência de números atrasados; escassez de artigos para publicação; e dificuldade de se publicar em algumas revistas que elegem temas específicos em cada edição e impossibilitam a publicação de artigos com temáticas livres (GARCIA, 2009). A mudança desse cenário depende, de um lado, do suporte técnico e financeiro do Estado, responsável por capacitar editores e subsidiar os custos de produção e publicação das revistas; e, de outro, do compromisso ético de pesquisadores em tornar público o acesso à informação.

Tornar público e facilitar o acesso aos resultados de pesquisas é um compromisso previsto no Código de Ética do Assistente Social e ainda insuficientemente observado pelos pesquisadores. Segundo o artigo 5º do Código de Ética, entre os deveres dos assistentes sociais, encontra-se o de “[...] devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes

possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses” (CÓDIGO DE ÉTICA, 1993). Ora, uma das formas de devolver os resultados de pesquisas é por meio de publicações em revistas científicas, às quais os usuários poderão ter acesso a depender do contexto social no qual estejam inseridos. Estudantes de graduação em Serviço Social ou jovens assistentes sociais podem ser considerados, pelo trecho citado, usuários que fornecem dados e têm direito a acessar os resultados das pesquisas.

Entretanto, no campo do Serviço Social brasileiro, a maior parte das revistas não está disponibilizada gratuitamente no formato eletrônico nem consta em bases bibliográficas virtuais de acesso livre. Tais revistas são geralmente comercializadas pelos programas de pós-graduação ou por editoras privadas. Esse cenário, marcado pela mercantilização do acesso à informação científica produzida no Serviço Social, impede a visibilidade teórica do campo e gera custos econômicos e de tempo às pessoas que precisam fazer revisão da literatura para pesquisas científicas, formação profissional, concursos públicos ou mesmo planejamento de intervenções profissionais (GUEDES, 2007).

O artigo de Garcia aponta também para alguns dos desdobramentos associados ao processo de indexação de periódicos, como o de “publicar ou perecer” e o de co-autoria. Na ânsia por ampliar o número de publicações, algumas universidades têm exigido que estudantes de pós-graduação publiquem artigos em periódicos indexados como um dos requisitos para a obtenção dos títulos (COIMBRA JR., 2009). Alguns dos efeitos

colaterais que podem ser ocasionados pela pressão de publicar a qualquer custo, sob pena de não se obter um título almejado ou fortalecer os currículos, são o aumento de plágios, o surgimento de artigos com baixa qualidade e o consequente excesso de trabalho desperdiçado de editores e pareceristas ao avaliar tais artigos (NOTA DA EDITORIA CIENTÍFICA SOBRE PLÁGIO, 2004; COIMBRA JR., 2009; HOLDEN et al., 2009).

Diferentemente do que sugere o artigo de Garcia, a co-autoria não deveria ser vista como uma prática “obscura”, mas como um trabalho em equipe no qual os autores mencionam, ao final do artigo, o tipo de participação e em que medida contribuíram individualmente para a elaboração do texto. Essa, inclusive, é uma exigência de periódicos como *Ciência & Saúde Coletiva* no caso de artigos escritos em co-autoria. A co-autoria pode também corrigir antigas injustiças, como a de pesquisadores que, apesar do trabalho árduo no processo de coleta e análise de dados, não tinham a oportunidade de publicar resultados de pesquisas em cenários editoriais que privilegiavam publicações de pesquisadores seniores.

De fato, “há pedras no meio do caminho” do acesso público, gratuito e de qualidade aos periódicos brasileiros do Serviço Social. A boa notícia é observar a trajetória bem-sucedida de alguns periódicos do campo que são indexados, eletrônicos, híbridos ou já surgiram no formato eletrônico e de acesso livre. Esse é o caso das revistas *Katalysis*, *Textos e Contextos*, *Ser Social* e *Argumentum*. A médio e longo prazos, o desafio dessas

revistas será o de se manterem ativas e com publicações regulares, mas o fato de terem acesso público e maior visibilidade poderá inclusive facilitar esse processo de autopreservação. Nos periódicos eletrônicos pertencentes a outros campos disciplinares o fluxo de artigos submetidos aumenta à medida que os periódicos ganham visibilidade e passam a constar em bases bibliográficas nacionais e internacionais. Outra estratégia que o Serviço Social pode adotar é a criação de encontros entre editores do campo para intercâmbio de experiências e cursos de capacitação, com o objetivo de facilitar a caminhada dos periódicos rumo ao formato eletrônico e à indexação.

Referências

- CARVALHO, D.; SILVA, M. (Org.). *Serviço Social, pós-graduação e produção do conhecimento no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2005.
- COIMBRA JR., C. E. A. Efeitos colaterais do produtivismo acadêmico na pós-graduação. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 25, n. 10, p. 2092, 2009.
- _____. Produção científica em saúde pública e as bases bibliográficas internacionais. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 15, n. 4, p. 883-888, 1999.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Código de ética do assistente social*. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 1993.
- GUEDES, C. Resenha: Serviço Social, pós-graduação e produção do conhecimento no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 23, n. 1, p. 241-242, 2007.
- HOLDEN, G. et al. Social Work Abstracts fails again: a replication and extension. *Research on Social Work Practice*, v. 19, n. 6, p. 715-721, 2009.
- LEAL, M.; COIMBRA JR., C. Avaliação da pós-graduação no Brasil e seu impacto sobre as revistas científicas nacionais: um alerta!. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 24, n. 11, p. 2460, 2008.
- NOTA DA EDITORIA CIENTÍFICA SOBRE PLÁGIO. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 9, n. 4, p. 1087, 2004.
- PARTON, N. Changes in the form of knowledge in Social Work: from the 'social' to the 'informational'? *British Journal of Social Work*, n. 38, p. 253-269, 2008.
- TAYLOR, B. Invited commentary on papers by Holden et al. and Shek on the quality of Social Work Abstracts. *Research on Social Work Practice*, v. 19, n. 3, p. 366-369, 2009.
- SHEK, D. Comprehensiveness of Social Work Abstracts as a database for researchers and practitioners. *Research on Social Work Practice*, v. 18, n. 5, p. 500-506, 2008.
- ARGUMENTUM, Vitória, v. 1, n. 1, p. 24-27, jul./dez. 2009